

Quatro dimensões explicativas da violência de jovens

Concepción Fernández Villanueva

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, JMAP., and SALLES, LMF., orgs. *Jovens, violência e escola: um desafio contemporâneo* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 182 p. ISBN 978-85-7983-109-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

5

QUATRO DIMENSÕES EXPLICATIVAS DA VIOLÊNCIA DE JOVENS

*Concepción Fernández Villanueva*¹

A violência protagonizada por jovens ocupa certo espaço na realidade e no imaginário das sociedades modernas e mantém uma presença contínua e estável sob a forma da chamada “delinquência juvenil”. De forma mais esporádica, manifesta-se também em condutas de vandalismo, brigas e agressões nos espaços de ócio, atos de violência no esporte e assédio nos centros educacionais, agressões xenófobas e racistas, manifestações ideológicas ou políticas, acompanhadas de atos de destruição, ameaças ou agressões. Ocupa também um espaço no imaginário social, já que, independentemente de sua importância, costuma ser supervalorizada e em consequência produz certa preocupação social e se transforma em uma estratégia para tomar decisões políticas que se relacionam ao conjunto da juventude.

Uma apreciação sistemática da violência protagonizada por jovens distingue a violência reivindicativa, a delinquência juvenil, a violência vinculada ao ócio e a violência escolar (Revilla et al., 2009). A violência reivindicativa e a delinquência são comuns em suas características às que são protagonizadas por adultos, já que

1 Professora titular da Universidad Complutense de Madrid. – Centro: Facultad Ciencias Políticas y Sociología – Departamento de Psicología Social

têm, ambas, objetivo basicamente instrumental. Trata-se de condutas inapropriadas, fora do marco legal, condutas denominadas delinquentes por estarem tipificadas claramente nos códigos penais (Rutter et al., 2000).

A violência vinculada ao ócio e à violência escolar responderia melhor ao conceito de violência juvenil, já que têm sua explicação em processos vinculados a identidades e à representação social de jovens, isto é, aos aspectos identitários e imaginários da juventude. Não obstante, também a violência reivindicativa e a delinquência, quando são protagonizadas por jovens, costumam participar de dimensões peculiares e diferenciadas das operadas por adultos. Dessas, as mais relevantes são o caráter grupal e a relação com a identidade. O caráter grupal se constata somente nas gangues e também no enfrentamento entre elas, competindo por espaços de poder, negócios ilícitos ou algum outro bem social (Alvarez & La Torre, 2008; Scandroglio et al., 2006; Feixa et al., 2006). A relação da violência com a identidade constata-se pelo fato de que frequentemente as ações têm um caráter simbólico ligado ao significado, importância e definição social de seus protagonistas.

O objetivo deste capítulo é apresentar uma reflexão panorâmica sobre as principais dimensões explicativas da violência protagonizada por jovens. Nossa tese baseia-se principalmente na análise de investigações próprias, sobre violência em espaços de lazer e violência de matriz ultradireitista (Fdez Villanueva, 1998) e sobre violência na escola secundária realizadas a partir de 2007 até a atualidade. Da mesma forma, tomamos em consideração outras investigações e outros dados de violência de jovens, em que destacamos os aspectos mais relevantes.

Analisamos também os trabalhos acerca das revoltas estudantis nas cidades francesas desde o ano de 2003 (em especial as que se produziram em 2005) por serem essas as manifestações que têm emergido recentemente e que têm se repetido de variadas formas em algumas outras cidades. Referimo-nos também a agrupamentos que têm protagonizado incidentes de violência em grandes cidades latino-americanas (meninos de rua etc.) assim como a estudos so-

bre gangues na América Latina, nos Estados Unidos e na Europa. Finalmente, entram em nossas considerações alguns movimentos políticos protagonizados por jovens que têm originado, pontualmente, incidentes de violência.

As mais influentes razões da violência de jovens residem nas condições mais puramente psicossociais, isto é, as que dependem das interações, da relação dos jovens entre si e dos jovens com o resto da sociedade. Distinguimos quatro dimensões fundamentais explicativas dos incidentes de violência: 1) as características grupais dos incidentes e a situação dos protagonistas; 2) a identidade social em que se situam os jovens; 3) as ideologias com as quais se identificam; 4) os aspectos imaginários que operam tanto nos indivíduos quanto nos grupos.

As dimensões grupais

A grupalidade é um componente fundamental na violência de jovens. Não está ausente na violência de adultos, mas nas manifestações que temos assinalado como próprias da juventude é muito mais influente e determinante. Nas grandes urbanizações, sobretudo na América Latina, a violência de adolescentes e de jovens vem marcada por um caráter grupal. Manifesta-se na conformação de gangues que vão desde o grupo propriamente dito, cujos membros interagem cotidianamente, até as disputas esportivas e disputas de torcidas, cuja interação é menos frequente e que se caracterizam por enfrentar-se em nome da equipe esportiva, causando danos materiais e físicos (Torres, 2005; Alvarez & De La Torre, 2008).

As gangues são formas características sob as quais se manifesta certa violência de jovens, e sua entrada naquelas é um dos maiores fatores de risco para os adolescentes em cidades suburbanas dos Estados Unidos (Winton, 2005). De modo similar, em outras cidades europeias a associação com grupos de estilo violento constitui-se no mesmo fator de risco (Nozinger & Kurtz, 2005). As gangues violentas com componentes de identidade cultural são muito frequentes

na Europa (Decker & Weerman, 2005). Nestas últimas os vínculos familiares de sangue, de vizinhança ou de clã explicam a formação dos grupos, que se transformam em estruturas muito complexas e variadas. Em todo caso, qualquer que seja seu tamanho, composição ou variabilidade grupal, adquirem uma predominância significativa em sua formação e manutenção.

A violência política de jovens, seja ultradireitista (Ibarra, 2003) ou esquerdista (Júris, 2005), não tem sentido a não ser no marco de grupos ideologicamente marcados, nos quais os jovens constroem suas identidades e definem seu papel na sociedade. Os incidentes violentos explicam-se no seio dessas identidades grupais pela função que estes pretendem desempenhar na evolução social. Esses grupos oferecem aos jovens uma proposta de transformação da sociedade na qual estes possam se sentir protagonistas. Os incidentes entre os jovens que causam algum ato de violência são interpretados pelos líderes grupais como atos necessários para a transformação social. Mas se nos fixamos nas condições em que se produzem esses atos, observamos em cada um deles a transcendência do grupo. O grupo define quem são os possíveis destinatários da violência, legitima as razões pelas quais há que se utilizar de violência contra as vítimas e estabelece os momentos concretos nos quais se deve produzir cada incidente.

As autoridades e os que arbitram sobre os delitos violentos cometidos em grupo têm muita dificuldade para estabelecer a autoria individual de cada participante. Esse fato resulta frequentemente na impunidade de alguns protagonistas claramente envolvidos nessas ações, deixando-os livres de sanções legais justamente pelo fato de estas terem ocorrido em um contexto grupal. Nesse sentido, é paradigmática a luta do movimento espanhol “jovem conta a intolerância” por estabelecer a responsabilidade penal de participantes em um incidente em que um grupo ultradireitista assassinou um jovem torcedor de um time rival. O álibi legal dos agressores consistiu precisamente em uma difusão da responsabilidade individual e a dificuldade de estabelecer legalmente a autoria e cumplicidade de alguns indivíduos, que ao final foram acusados e julgados.

Na violência produzida no contexto do ócio, a dimensão grupal também é significativa. Nos espaços de ócio produzem-se enfrentamentos entre grupos de jovens com estilos diferenciados por sua forma de vestir, gostos musicais ou por estilo de vida. Os enfrentamentos nesses contextos estão relacionados com a manutenção da identidade grupal, com o estilo de vida e marcada por certa territorialidade que defende determinados lugares e formas de estar.

Em todas essas manifestações tão variadas é necessário levar em conta uma grande diversidade de agrupamentos, de várias formas e tipos, inclusive de tamanho. Estão incluídos nesses agrupamentos tanto os de pequeno porte, como as gangues, quanto os de médio porte e com certa consistência no tempo, como os grupos culturais, políticos e esportivos. Além desses incluem-se também os grupos formados espontaneamente, como no caso das revoltas em bairros periféricos ocorridas em cidades francesas, formados como reação a incidentes com a polícia em um dado momento. Esse tipo de grupalidade pode ser observado também nos protestos estudantis (Bordet, 1999).

Em nosso conceito de grupo incluímos tanto os chamados “grupos de interação” (pequenos grupos formados por indivíduos que compartilham atividades e interações cotidianas) quanto os grupos que se referem a categorias, chamados grupos categoriais. O grupo categorial define-se como categoria de referência a indivíduos que se sentem formando parte daquele, ainda que não haja uma interação muito frequente entre os membros. Assim, trata-se de um grupo mais amplo, construído como categoria imaginada ou imaginizado. Pode ser o caso dos “grupos de estilo”, caracterizados por sua forma de vestir ou seu estilo. Podemos incluir também um grupo que se forma espontaneamente em relação a uma categoria que se refere a uma identificação momentânea de uma série de indivíduos com uma posição ou categoria comum. Um exemplo seriam os grupos formados nas cidades francesas ou nos incidentes do ano de 2009 nos bairros periféricos de Madri.

A integração em grupo, em qualquer de suas formas, é muito importante na adolescência e na juventude. As abundantes pes-

quisas presentes nos tratados mais atuais de psicologia evolutiva (Shaffer, 2009) indicam que os iguais são elementos substantivos na configuração da identidade social. Os grupos étnicos, grupos de amigos, de gênero, de profissão, sejam os já integrados na estrutura social, sejam os minoritários ou marginais, jogam um papel determinante na formação da identidade social dos jovens. Posteriormente à etapa da adolescência os indivíduos precisam sair da construção da realidade que interiorizaram na família e entrar em um mundo simbólico que os conecte com a sociedade mais ampla e lhes permita sentirem-se participantes no mundo e atores da história. O grupo é nesse momento um recurso para construir a identidade social e a possibilidade de se tornarem protagonistas da vida social e da história.

No período de reelaboração da identidade e de passagem da identidade adolescente à identidade adulta os jovens possuem uma escassa presença social e o grupo de pares proporciona-lhes visibilidade, poder e importância. Por um lado, sua presença em um grupo torna-os partícipes da importância e visibilidade social que esse grupo tem antes de sua entrada, e assim, por meio do grupo, esses jovens conseguem uma projeção mais ampla e relevante, incluindo aí uma projeção histórica, especialmente no caso dos grupos fortemente ideologizados, isto é, os grupos políticos.

Por outro lado, no marco dos grupos os jovens normalizam-se, isto é, se tornam normais e aceitáveis, com atos e condutas que nunca teriam do ponto de vista individual. A ação social costuma apresentar-se como promovida por grupos que tenham sentido a necessidade de utilizar a violência para transformar a sociedade. A violência política, as guerras ou a ação violenta de grupos minoritários que mais tarde triunfaram costumam ser os marcos justificadores dos indivíduos que formam parte de pequenos grupos e que exercem a violência na esfera do interpessoal. Os indivíduos violentos costumam comparar seu comportamento com o da polícia, dos terroristas ou dos revolucionários para justificar seus atos.

Definitivamente, sentir-se parte de um grupo é, para os jovens, necessário e vital. O grupo dá a eles importância, poder, identidade,

orientação interpessoal, sentido enquanto agente social e também cobertura legal e psicológica para realizar determinadas ações, sobretudo as que são inaceitáveis do ponto de vista legal.

No seio do grupo constrói-se e se reforça o sistema de valores, as crenças, a ideologia. Os líderes selecionam as mensagens e valores que consideram valiosos, repetem as mensagens, insistem com elas, interpretam-nas e dão a elas sentido próprio, uma “interpretação situada” para torná-las funcionais na interação cotidiana de seus membros. As orientações para a ação que são dadas aos membros do grupo são justificadas para fazê-las aceitáveis e conseguir que os indivíduos as interiorizem. A interiorização dos valores do grupo supõe uma forma de vinculação segundo a qual os avatares históricos e os objetivos do grupo são vividos como próprios. Isto é, os indivíduos tomam para si certos elementos ou problemas da vida do grupo, considerando natural o que antes poderia parecer estranho; identificam-se com o grupo, interiorizam sua ideologia entendendo para tal uma ideologia viva, próxima da identidade grupal e que serve de guia para as ações. Quando a quantidade de elementos que o membro do grupo interioriza é muito grande, e a vinculação emocional, muito intensa, podemos nos referir a uma identificação excessiva, que dificultaria a manutenção da individualidade do sujeito e o deixaria inerte frente às demandas do grupo. Nos momentos de crise social ou de identidade frágil dos sujeitos, como acontece no período da juventude, o risco de perder a independência e a capacidade para atuar independentemente é muito alto.

Um nível muito alto de identificação com o grupo pode-se considerar em si mesmo como um potencial fator de violência por diferentes razões. Em primeiro lugar, pode comportar uma excessiva disponibilidade para atuar a favor das determinações do grupo, inibindo certos princípios morais individuais que existiriam sem essa influência do grupo; em segundo lugar, pode-se acentuar a diferenciação e a rivalidade entre grupos, aumentando o risco de confrontação entre eles e, portanto, o risco de atos de violência.

A participação de um indivíduo na estrutura do grupo expõe a influência dos líderes e do poder grupal que marcam o lugar desde

o qual tomar as decisões e agir. Esse processo confere-lhe certa responsabilidade para atuar em nome do grupo e manter a estrutura e o valor deste no contexto exterior. No entanto, a responsabilidade para atuar em defesa do grupo transforma-se frequentemente em “pressão”. O indivíduo vê-se obrigado a agir em situações em que os líderes, e não ele mesmo, decidem.

A responsabilidade em relação ao grupo tem uma dupla característica, psicológica e legal. Em cada feito concreto, especialmente quando se trata de ato de violência, a responsabilidade individual desloca-se em grande parte para o grupo, para seus líderes e a totalidade “difusa” do grupo. Ocasionalmente, os indivíduos não podem diferenciar bem as responsabilidades de suas ações no ataque às vítimas, já que participam de ações coletivas em que se apagam os limites entre a ação realizada pelo grupo e as ações concretas realizadas por cada um dos indivíduos. A difusão da responsabilidade pessoal produzida nesse processo proporciona a eles uma interessante cobertura psicológica, já que cada um dos agressores pode ter dificuldades reais para estabelecer com clareza a mesma materialidade dos atos de violência cometidos e muito mais ainda as consequências e as intenções da realização de tais ações.

Por outra parte, do ponto de vista legal, a ação em grupo resulta muito protetora. O sistema penal está especialmente preparado para punir os feitos individuais, mas apresenta extrema dificuldade para julgar com precisão as ações grupais. Em consequência existem estratégias para a difusão legal da responsabilidade individual para conseguir certa impunidade legal, estratégias nas quais os grupos mais ideologizados preparam seus membros.

A identidade social

Entendemos por identidade social o conjunto de significantes pelos quais os atores sociais se reconhecem e são reconhecidos. É a resposta à pergunta: quem sou eu? Ou quem somos nós? Essa resposta consolida-se em um autodiscurso formado por signifi-

cantes linguísticos com os quais os grupos e as pessoas resumem e valorizam a informação que possuem sobre si mesmos. Esse auto-discurso ou resposta à pergunta sobre quem sou eu ou quem somos nós é uma verdade objetiva, se não uma versão que se sustenta nas argumentações mediatizadas pela lógica do contexto social e pelas relações interpessoais.

As versões de identidade não surgem do nada, mas têm certas “condições de possibilidade”, canais específicos de significação em que são construídas. As condições têm que ver com a interação social, com o “mapa” dos grupos “disponíveis” das identidades previamente definidas. As identidades disponíveis na estrutura social situam os sujeitos em distintas posições de poder mais ou menos vantajosas. As pessoas e os grupos necessitam manter a identidade, defendê-la ou incrementar seu poder, e para isso precisam de algum tipo de violência, seja física, social ou simbólica. Alguns tipos de violência são considerados legítimos para defender a identidade pessoal ou grupal, por exemplo, a violência defensiva dentro de certos limites. A violência pode inclusive ser obrigatória para algumas identidades dentro de certas normas.

Os significantes nos quais se fixa a identidade são eleitos de acordo com objetivos grupais, mas também com ideias e palavras construídas no grupo e com um sentido próprio e situado dentro dele. Uma vez eleitos, os ditos significantes são utilizados na apresentação pública e na interação com outros grupos de iguais.

Os indivíduos e os grupos necessitam apresentar aos demais e a si mesmos uma identidade social. O próprio nome dos grupos tem uma importância fundamental, já que é a senha para iniciar e manter a interação dos indivíduos no grupo. Os nomes dos grupos estão vinculados socialmente a sentidos e valores culturais relacionados com a procedência, origem étnica ou com objetivos e demandas específicas da situação. Para compreender a identidade dos grupos, assim como o efeito social que produzem, Garto (2007) e Soriano (2008) destacam esse aspecto ao estudarem os nomes que as gangues de jovens das cidades norte-americanas se dão. As próprias denominações de *skinheads*, *punks*, *latin kings*, *ñetas*, góticos etc. remetem a

referências culturais e valores desejados pelos membros do grupo e por sua vez repletos de referências negativas para os grupos opostos.

Convém destacar a dimensão de polarização e oposição presente em todas essas identidades. Os *skinheads* opõem-se aos *punks*, aos *latin kings*, aos *ñetas* etc. A própria “exacerbação” da identidade situa-se no limite da violência. É o caso da rivalidade entre esses grupos opostos. Ao mesmo tempo, certas organizações grupais com fortes definições identitárias e convicção de seu papel na sociedade desafiam as normas e a ordem social das sociedades em que convivem provocando atos de violência. Como afirma Ceccheto (1999) referindo-se às “galeras *funk*” cariocas, produz-se uma mescla entre o lúdico e o violento que serve tanto à cultura do ócio quanto à expressão e defesa da identidade cultural. Nesses casos costuma-se produzir um excesso de violência por parte da cultura midiática que projeta em ditos grupos uma periculosidade excessiva.

As identidades incluem ou excluem os sujeitos de determinadas posições de poder. É necessário que existam significantes da identidade que sejam um depósito dos desejos dos sujeitos, que fixem os significados sociais positivos que os sujeitos dão a si mesmos ou consideram justos para eles. As definições sociais de identidades degradadas, excludentes, negativas ou polarizadas são a origem da violência simbólica e real.

A importância das autodefinições, os significantes da identidade, acentuam-se nos adolescentes e jovens, uma vez que se encontram em um período evolutivo de questionamento ou redefinição de seu papel na sociedade. O mal-estar produzido por uma identidade considerada degradada ou desvalorizada é um fator constatado na investigação sobre violência de jovens nas cidades (Pegoraro, 2002; Bordet, 1998; Beaux & Pialou, 2005). Os atos de violência dentro da escola adquirem sentido desde a perspectiva de seus atores como uma resposta à identidade negativa projetada pelas autoridades ou simplesmente percebida pelos agressores. A violência do sistema educativo pode ser entendida como uma luta entre identidades; os responsáveis pela instituição escolar podem desrespeitar as identidades dos alunos, ameaçando-as e desvalorizando-as (Sposito,

2001; Dubet, 2003), e estes podem responder a esse desrespeito com atitudes de violência, com um caráter defensivo ou expressivo para afirmar suas identidades. Os atos de violência entre grupos dentro da escola também não podem explicar-se sem essa perspectiva identitária.

Certos grupos de jovens nas grandes regiões urbanas da América Latina (meninos de rua, pivetes) identificam-se com uma identidade social de excluídos contraposta aos “outros” integrados na sociedade (Willadino, 2004; Feijó & Assis, 2004). Esses jovens creem que muitas formas de violação dos direitos humanos se exercem contra eles por parte da polícia e com cumplicidade da sociedade mais ampla. Sua identificação com uma identidade excluída, desejável e percebida como rival do “resto da sociedade” explica seus atos de violência. Algumas manifestações políticas ou reivindicativas derivam espontaneamente em violência quando os manifestantes interpretam que sua identidade foi agredida ou tratada injustamente pela polícia ou por outros atores sociais. Esses atores cuja identidade não reconhecem nem aceitam como legítima se transformam em rivais identitários e são o objeto da ira, das ameaças e da violência dos manifestantes.

Os incidentes frequentes entre grupos de jovens nos espaços de ócio, entre as chamadas tribos urbanas, desencadeiam-se nesse processo de rivalidade identitária acentuada, devido à necessidade de marcar fortemente a negação e as diferenças com outros grupos de jovens. Nos contextos de ócio as diferenças radicalizam-se, se polarizam e é forjado um ódio, um desprezo, uma desmoralização e desvalorização do outro que desemboca com facilidade em agressões entre “galeras” e gangues urbanas. A violência racista e xenófoba dos grupos *skins* contra os imigrantes e as pessoas de outra etnia ou cultura é justificada pelos agressores como resposta a uma ameaça identitária, ameaça à perda de trabalho ou à perda de identidade (Fdz Villanueva, 1998). O vandalismo, destruição em grupo de bens urbanos, é justificado por seus protagonistas como um enfrentamento de rivalidade com a sociedade estabelecida e com suas regras de conduta (Gicell et al., 2006; Kokoreff et al., 2006).

O período evolutivo que corresponde à juventude obriga a uma reconstrução e reelaboração dos significantes da identidade. Por isso as identificações identitárias desse período podem ser frágeis e polarizadas. A necessidade de reconstrução identitária acentua a importância dos grupos de iguais que passam a ocupar um espaço fundamental na ação e na própria definição de identidade dos indivíduos. A identidade de jovens é, dessa maneira, por um lado, muito dependente dos grupos, e por outro, muito extremista e polarizada. A polarização facilita a entrada em conflitos e a sensação de ameaça. Além disso, os processos afetivos que as identidades em construção desenvolvem são as identificações extremas e as rejeições extremas; amor e ódio são acentuados assim como os processos afetivos relacionados com a violência (defensiva no caso da identificação extrema ou ofensiva no caso da rejeição extrema).

A ideologia

A identidade frágil, polarizada e rivalizada é o caldo de cultura no qual a violência dos jovens se enquadra. Os atos de violência cumprem uma função na manutenção, na conquista e no reforço da identidade, mas não seriam compreensíveis sem um conjunto de valores justificados que os tornam compreensíveis e de certo modo “justos” para seus atores. A esse conjunto de valores chamamos de ideologia da violência.

Entendemos a ideologia como um “conjunto de crenças sociais compartilhadas por grupos” (Van Dijk, 1998) e de ideias sobre os indivíduos, as normas e os papéis sociais. Tratam-se de representações que vão além do estritamente político e se situam em um lugar próximo da identidade como algo “vivo”, que faz parte da interpretação da realidade social e da própria definição de identidade. Assim como o nacionalismo banal (Billing & Nunes, 1998), devemos entender as ideologias como um conjunto de discursos e práticas implicados com as rotinas da interação cotidiana e presentes na forma de enfrentar o modo de vida e as relações sociais. Nas palavras

de González Rey (1987), “o político ideológico está presente em todas as formas de expressão da personalidade”.

Os valores ideológicos, mesmo que se enquadrem dentro do denominado “político”, não só organizam, hierarquizam e ordenam os componentes da identidade, mas também avaliam os objetos e pessoas com os quais nos relacionamos cotidianamente. Decidem quem pode estar próximo ao “eu”, se amigo ou colaborador, valioso ou desprezível. Decidem de quem devem se aproximar ou distanciar-se e quem é merecedor de ajuda, de desprezo ou mesmo de agressão. Não é somente um recurso de identidade, mas também pode tornar-se suporte ou sustento. Isso ocorre quando os significantes mais importantes da identidade são ideológicos. As pessoas que se definem como ultradireitistas ou ultraesquerdistas, como *skins*, como pacifistas, como antinazis ou como nazis não estão somente pondo em relevo sua opção política, mas estão também deixando claro a adesão a outros tipos de valores relacionados à interação cotidiana.

As ideologias formam-se e se legitimam por processos coletivos e de socialização. Novamente os grupos de jovens têm um papel fundamental na formação, transformação e manutenção da ideologia. Nos grupos constroem-se os significados específicos, contextualizados, significados estes que servem para a compreensão do que se passa ao redor e para o posicionamento frente às demandas do momento. As interpretações e a linguagem dos grupos são chaves para construir e produzir tais sentidos contextualizados.

Na construção dos processos ideológicos é possível identificar duas dinâmicas características: a) a acumulação de repetição de ideias ao redor da mesma realidade e com o mesmo sentido. O que interessa é o caso particular mais que a coerência lógica entre os argumentos e a acumulação de informação que redundam em apoio a uma posição, de forma que sirva para criar uma necessidade imperiosa de ação; b) o gerenciamento de discrepâncias e dissidências. As interpretações de alguns membros do grupo que podem desviar-se da interpretação dos líderes são disfarçadas, matizadas, minimizadas, silenciadas, corrigidas em sua importância na pre-

sença do grupo. Com isso, o indivíduo dissidente se vê obrigado publicamente a corrigir certos matizes ou a defender outros. O discurso ideológico grupal fica homogeneizado mediante essas dinâmicas grupais. Os valores ideológicos definem-se e ditam o que é e o que não é justo e o que se deve fazer para alcançar a justiça. Quando se utiliza um tipo de discurso que admite a violência como instrumento para resolver diferenças, para satisfazer necessidades e para solucionar conflitos, estamos ante uma ideologia autoritária e violenta, que costuma vir acompanhada por um despreço dos agentes e autoridades responsáveis por manter a justiça em sociedade, assim como de outras instituições e atores sociais reconhecidos.

As ideologias podem aceitar a violência exercida contra pessoas concretas e os jovens agressores decidem antes quem é merecedor de violência e por quê; quem é depreciável e por quê. Consideram que são atores sociais que podem permitir causar danos se com isso favorecerem a promoção dos valores que marcam sua ideologia. A ideologia, assim, permite e legitima que se agridam pessoas concretas, já que antes da agressão se avalia as vítimas como más, depreciáveis ou merecedoras de castigo. Depois decidem tomar a justiça nas próprias mãos e agir em consequência disso. Naturalmente, tomar a justiça pelas mãos somente é justificado por uma ideologia autoritária. A avaliação negativa das vítimas faz-se a partir de variados pressupostos ideológicos, como o racismo, o antissemitismo, o nacionalismo, o machismo ou a atribuição ideologizada de culpa e responsabilidade sobre as condições de vida dos agressores. A violência percebe-se nesses grupos como a única forma de impor limites ao dano percebido, como uma maneira de frear as ameaças e violência sofridas. Aparece assim, para seus protagonistas, como uma violência reativa, defensiva e, portanto, justificada.

A ideologia legitimadora do uso da violência vem acompanhada de uma deslegitimação dos atores sociais que podem fazer uso legítimo da violência para manter a ordem nas diferentes situações. Os grupos de jovens nas periferias das cidades latino-americanas deslegitimam a ação da polícia, atribuem a ela condutas transgressoras da ordem, condutas ilícitas e, sobretudo, não a consideram uma

garantia de segurança. O mesmo ocorre entre os jovens *skins* com respeito à polícia e outras instituições.

Na violência de grupos dentro das escolas é paradigmático o fato de que os indivíduos responsáveis por fazer cumprir a disciplina e manter a ordem não tenham nenhuma credibilidade entre os alunos (Torres, 2005). Os professores e as autoridades são desvalorizados, ridicularizados, deslegitimados como atores sociais, uma vez que os alunos concluem que têm direito a defender-se usando a violência. A ausência de identificação com a escola é mais que uma simples desvinculação e falta de identificação com seus valores: vincula-se à desvalorização e desapareço e ao não reconhecimento dos mediadores dos conflitos escolares (Dubet, 2004). Consideram esses mediadores como injustos e a partir dessa interpretação os alunos agressivos se consideram mais justos que as autoridades escolares.

A projeção de injustiça sobre as vítimas é geral nos grupos de jovens violentos e constitui um importante fator de legitimação e normalização de suas ações. O mecanismo é sempre o mesmo: banalização e desapareço à lei e suas garantias e valorização da resposta transgressora acompanhada de uma percepção trivializada das consequências sociais da transgressão.

Os elementos imaginários

A todos esses fatores explicitados devemos adicionar um elemento sem o qual não seria possível compreender alguns incidentes, seus contextos e consequências: a dimensão do imaginário. A denominada “violência sem sentido” ou “violência gratuita” deixa de sê-lo quando se compreende a vertente imaginária dos atos, que são acessíveis por meio das narrativas ou de seus símbolos (Presser, 2009; Duck, 2009). O imaginário relaciona-se com as aparências, os cenários, as representações de imagem, os estereótipos. As imagens são importantíssimas nos primeiros momentos das relações interpessoais, ainda que depois se articulem às representações sociais e às ideologias. O imaginário é um modo de conhecimento que

se estabelece previamente à linguagem, mas persiste para além de sua restauração e constitui um modo de representação da realidade com enorme força de organização subjetiva e de identificação com símbolos.

De acordo com Durand (1996), Giust-des-Prairies (2003) e Taylor (2006), o imaginário dota de certo sentido as experiências, ainda que esse sentido possa ser transitório ou provisional, já que integrado a um modo de conhecimento mais complexo e estável dependente da linguagem. Apesar de não formar nenhum sistema moral ou de princípios éticos, as representações imaginárias justificam e legitimam ações (Castoriadis, 1989). Os imaginários forjam-se nas relações cotidianas e por isso são um produto social e histórico (Baczo, 1984).

Os imaginários das relações interpessoais, dos interlocutores sociais, do outro (a figura do outro, Malet, 2004) são um referente básico no desenvolvimento e na formação da identidade. A formação e o nascimento dos grupos costumam incluir imagens e representações imaginárias do que representarão na vida social. Frente ao mundo simbólico, com sua enorme quantidade de matizes, o universo do imaginário apresenta uma realidade muito polarizada e por isso antecipatória e inclinada à violência. Além disso, o imaginário é uma representação primária investida de emoção e afeto, que impele a agir com urgência.

As representações de imagem (os imaginários) estão muito presentes nos grupos de jovens e de forma particularmente notável nos grupos violentos. Os *latin kings* espanhóis, cuja origem se situa na América do Norte, denominam-se a “sagrada tribo da Espanha”, aludindo ao território imaginário da nação espanhola (“território hostil”) dividida por sua vez em quatro “reinos” (reino asteca, reino inca, reino maya e reino hispano), com cada reino por sua vez dividido em vários territórios com nomes étnicos. Os “chefes” de cada facção têm nome de reis e os ritos de reconhecimento desses chefes aludem a características étnicas e culturais. Os nomes estão ligados à identidade do grupo, mas adicionam algo de cênico, de representação valorizada, de alusão ao ritual, à cena e ao rito.

Os grupos podem ter para si mesmos e para a sociedade um imaginário negativo. Os imaginários negativos criam-se quando os grupos são privados de reconhecimento pessoal, de presença social ou são representados com imagens de desvalorização. A ausência de reconhecimento social acompanhada de ressentimento ou culpabilização imaginária é determinante da violência constatada em muitos incidentes protagonizados por jovens. Nas revoltas de Paris (2005) os manifestantes baseavam suas ações em resposta a terem sido chamados “escória” da sociedade e ao ver contraposta uma representação social de outros jovens definidos como *beaux jeunes*. Os adolescentes e jovens violentos que vivem nas ruas de cidades latino-americanas e os jovens de periferia costumam desenvolver representações imaginárias da sociedade contrapostas às deles mesmos enquanto excluídos.

A “sociedade”, com suas instituições, situa-se em um lado, e no lado oposto, eles mesmos, definidos “os outros”, os estigmatizados, os relegados à posição secundária, os discriminados (Abramovay et al., 1999; Willadino, 2004). Essa sociedade, por sua vez, imagina-os e os percebe de forma igualmente antagônica, com imagens e metáforas degradantes. Convém diferenciar essas denominações ou marcas dos simples qualificativos que podemos incluir na identidade ou na ideologia. Não se trata de definições como poderiam ser “os pobres”, “os ricos”, “os marginalizados”, “os integrados” simplesmente, senão marcas muito fortes que remetem a imagens valorativas. Na realidade, são metáforas de degradação, de imperfeição e falta de completude ou projeções de maldade; entendem-se como uma radicalização e avaliação extrema das diferenças. O “outro” excluído deixa de ser percebido simplesmente como “perigoso” e “ameaçador” para ser caracterizado como “supérfluo” e “descartável” (Willadino, 2004, p.133).

Os imaginários polarizam a realidade vivida, acentuam a distância social entre as diversas categorias e atribuem certa culpa e difuso ressentimento aos que são considerados estando do lado oposto. Desenvolvem-se desse modo oposições imaginárias, como o “nós e a polícia” o “nós e a sociedade”, que preparam o caminho

para a determinação de possíveis vítimas de incidentes e a justificação grupal de tais incidentes. As oposições e enfrentamentos entre grupos fazem parte do conflito social, mas o conflito poderia ser articulado em forma de um projeto de futuro pelo qual trabalhar e lutar no marco da transformação social. Se essas oposições e conflitos não estão articulados a um projeto de vida, eles se expressam simplesmente em sua forma mais momentânea e em cenários imediatos e identificáveis para os jovens. A função principal desses incidentes é assinalar a existência de um problema, que algo deve ser mudado e que a presença e a importância social do grupo que causa os incidentes devem ser reconhecidas.

Os aspectos imaginários introduzem um elemento novo nas explicações, que é a dimensão expressiva que se compara em importância aos fatores instrumentais e econômicos. A necessidade de reconhecimento é fundamental nos grupos sociais e a privação de dito reconhecimento, a negação simbólica deste, é um fator que não é desprezível na explicação dos atos de violência. A negação simbólica gera a sensação de injustiça, ressentimento e inveja contra os supostos responsáveis que se tornam alvo de ira e de ódio e em consequência são vítimas prováveis daqueles cujo reconhecimento negam.

Entrando mais especificamente na análise dos incidentes das cidades francesas em 2005, Zizek (2009) destaca a exclusão que políticos apresentaram contra os jovens violentos, excluindo-os da categoria de “cidadãos” quando categorizaram o termo “cidadão” em oposição a “indígena”, sugerindo que este último seria sinônimo de primitivismo e falta de maturidade para exercer a plena cidadania. Isto é, o imaginário está imerso na estrutura linguística que contém metáforas e representações imaginárias repletas de valores; a projeção de ditas imagens e representações, para determinados grupos, possui uma força desencadeante da ação social tão importante quanto os recursos instrumentais.

A deflagração da violência pode significar, em algumas circunstâncias, o único modo de articular a insatisfação produzida pelo não reconhecimento. Essa interpretação serve para diferentes exemplos de violência tanto de jovens quanto de adultos. Zizek estende essa

explicação à violência terrorista, mas também pode ser um elemento válido para explicar conflitos intergrupais e inclusive internacionais de níveis variados de importância.

As dimensões imaginárias não são importantes somente para ter em conta as origens da violência, mas também para entender quais são os atos que se realizam e as funções que tais atos representam para os agressores. Os estudos de Lacan (1971) destacam as relações entre os imaginários de violência e o contexto e significado para os agressores e vítimas. Os imaginários de violência são cenários de distorção, desmembramento, mutilação, castração, isto é, imagens de destruição da completude do outro. Quando a vítima sofre tais atos ela se sente degradada aos olhos do agressor. Degradar o outro, rebaixá-lo, colocá-lo abaixo do agressor nos parâmetros de importância, força, valor ou reconhecimento são motivos imaginários que sustentam os atos de violência. Para entendê-los necessitamos construir uma representação imaginária dos agressores, das vítimas e as consequências dos atos de violência. Os jovens violentos no contexto escolar constroem um imaginário próprio segundo o qual são abandonados, degradados e privados de valor pelas autoridades. Projetam sobre a instituição e suas autoridades um imaginário de maldade e sadismo que os identifica claramente como inimigos que precisam ser vencidos. Constroem também um imaginário maligno e degradado da escola, muito distante do imaginário que representaria a verdadeira função socializadora desta (Fdz Villanueva et al., 2008).

Da perspectiva do imaginário, a violência é entendida como a necessidade de se enfrentar e agir para restituir o valor dos privados de reconhecimento que se transformam em agressores. A restituição do valor imaginário é universal na explicação da violência que toma diversas formas: imposição de respeito, defesa do insuportável, destruição do valor do outro etc.

A presença do imaginário é muito forte na vida social em qualquer idade, mas muito mais na juventude, período em que a construção do sentido social é difícil devido à necessidade de atuar e de processar muita informação. As condições intelectuais dos jovens

estão em seu momento de máxima capacidade de analisar os dados e tirar conclusões sobre todos os processos em que se inserem. Para os jovens, os aspectos imaginários são poderosíssimos, eles conseguem presença social por meio da imagem, com sua forma de vestir, com sua participação em diversos cenários. Assim mesmo, a imagem dos outros é igualmente poderosa. Desse modo, uma representação social imaginária que os desvaloriza pode desencadear a rivalidade e a violência. O imaginário acentua as diferenças entre as pessoas e as situações e polariza a realidade. Os diferentes tornam-se facilmente inimigos que é preciso controlar ou ameaçar porque são vistos como perigosos.

Concluindo, as razões da violência de jovens assemelham-se muito às que verificamos entre os adultos e em todos os níveis. A violência é uma estratégia para conseguir poder real ou imaginário em um contexto de conflito entre grupos e pessoas. No caso dos jovens a violência torna-se mais comum quando a construção da identidade social é frágil, a ideologia é autoritária e os elementos imaginários, fortes. A inclinação a realizar atos de violência aumenta com os efeitos de grupo que acentuam esses fatores e proporcionam uma cobertura psicológica e legal aos indivíduos, inibindo sua responsabilidade e muito frequentemente facilitando a impunidade e reduzindo as possibilidades de sancioná-los.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, M. et. al. *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond; Unesco. 1999.
- BEAUD, S.; PIALOUX, M. *Violences urbaines, violence social*. Fayard, 2003.
- . *La racaille et les vrais jeunes*. Critique d'une vision binaire du monde des cités. Documents de Liens Socio 2, 2005.
- BILLIG, M.; NUÑEZ, R. El nacionalismo banal y la reproducción de la identidad nacional. *Revista Mexicana de Sociología*, v.60, n.1 p.37-57, 1998.
- BORDET, J. *Les jeunes de la cité*, Presses Universitaires de France, 1999.

- BORUM, R.; VERHAAGEN, D. A. *Assesing and managing violence risk in juveniles*. Nova Iorque: The Guilford Press, 2006.
- DUBET, F. A. O que é uma escola justa? *Cadernos de pesquisa*, v.34, n.123, p.539-55, 2004.
- DUCK, W. *Senseless' violence making sense of murder* *Ethnography*, v.10, n.4, p.417-34, 2009.
- DURAND, G. *Champs de l'imaginaire*. Ellug: Grenoble, 1996.
- FDEZ VILLANUEVA, C. et al. *Violence in schools: interpersonal and imaginary dimensions*. Paper presented at IX congreso Mundial de Psicología. Berlin en evaluación para publicación. 2008.
- FEIJÓ, M.; ASSIS, S. G. de O. Contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jóvenes infratores e de suas familias. *Estudios de psicología*. v.34, n.123, p.539-55, 2004.
- FEIXA, C. (Dir.); PORZIO, L.; RECIO, C. (Coords.) *Jóvenes "latinos" en Barcelona. Espacio público y cultura urbana*. Barcelona: Anthropos, 2006.
- FERREIRA SALLES, L. et al. A violência no cotidiano escolar. *Educação: teoria e prática*, v.18, n.30, p.15-25, 2008.
- GAROT, R. Where you from! Gang identity as performance. *Journal of Contemporary Ethnography*, v.36, n.1, p.50-84, 2007.
- GICCHELI, V. et al. *Enquête sur les violences urbaines*. Centre d'analyse strategique. Departement Institution and Societé. Gobierno de Francia, 2006.
- GIUST-DESPRAIRIES, F. *La figure del'autre dans lécole republicaine*. P.U.F., 2003.
- GONZÁLEZ REY, F. L. Psicología, ideología y política. Un marco conceptual para su análisis en América Latina. In: MONTERO, M. *Psicología política latinoamericana*. Caracas: Panapo, 1987.
- IBARRA, E. *Los crímenes del odio*. Violencia skin y neonazi en España. *Temas de hoy*, 2003.
- . *Respuesta legal y judicial a las tribus urbanas*. *Cuadernos de derecho judicial*, n.11, 2000.
- JURIS, J. S. Violence Performed and Imagined: Militant Action, the Black Bloc, and the Mass Media in Genoa. *Critique of Anthropology*, v.25, n.4, p.413-32, 2005.
- KOKOREFF, M.; BARRON, P.; STEINAUER, O. *Enquêtes sur les violences urbaines*. Comprendre les émeutes de Novembre 2005. L'exemple de Saint-Denis. Rapport final. Paris: Centre d'analyse stratégique, 2006.
- MARTÍN ÁLVAREZ, A.; DE LA TORRE, O. La interacción transnacional de la sociedad civil centroamericana frente a la violencia juvenil. *América latina hoy*, 50, p.89-102, 2008.

- NOZINGER, S.; KURTZ, D. Violent lives: a lifestyle model linking exposure to violence to juvenile violent offending. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, v.42, n.1, p.3-26, 2005.
- PEGORARO, J. Notas sobre los jóvenes portadores de violencia juvenil en el marco de las sociedades pos-industriales. *Sociologías*, 4(8), p.276-317, 2002.
- PRESSER, L. The narratives of offenders. *Theoretical Criminology*, v.13, p.177-200, 2009.
- REVILLA CASTRO, J. C.; FERNÁNDEZ VILLANUEVA, C.; DOMÍNGUEZ BILBAO, R. *La violencia de los jóvenes en España*. (en prensa). Abrapso, 2009.
- RUTTER, M.; GILLER, H.; HAGELL, A. *La conducta antisocial de los jóvenes*. Madri: Cambridge University Press, 2000.
- SCANDROGLIO, B. et al. La conducta violenta en grupos juveniles: características descriptivas. *Estudios de juventud*, n.62, p.151-58, 2003.
- SORIANO, J. P. Adaptación social de las pandillas juveniles latinoamericanas en España. Pandillas y organizaciones juveniles de la calle. *Revista CIDOB d'Affers Internacionals*, 81, p.109-37, 2008.
- TAYLOR, C. *Imaginarios sociales modernos*. Barcelona: Paidós, 2006.
- TORRES, C. Jóvenes y violencia. *Revista Iberoamericana de educación*, n.37, p.55-92.
- VAN DIJK, T. *Ideology. A multidisciplinary approach*. Londres, 1998.
- WILLADINO, R. *Procesos de exclusión e inclusión social de jóvenes en el contexto urbano brasileño: un análisis de trayectorias de violencia y estrategias de resistencia*. Tesis Doctoral Universidad Complutense. <<http://eprints.ucm.es/tesis/cps/ucm-t26901.pdf>>, 2004.
- WINTON A. Youth gangs and violence: analysing the social and spatial mobility of young people in Guatemala city. *Children's Geographies*, v.3, n.2, p.167-84, 2005.